



Conselho Nacional de
Educação

Relato da 102ª Reunião do Plenário¹

No dia 19 de Janeiro de 2010, realizou-se no Conselho Nacional de Educação (CNE) a centésima segunda Reunião Plenária, tendo sido adoptada a seguinte ordem de trabalhos: 1- Aprovação do relato da 101ª Sessão Plenária; 2- Informações; 3- Intervenção de Sua Excelência a Ministra da Educação sobre orientações de política educativa; 4- Apresentação pelo Inspector-Geral da Educação do Relatório de Avaliação Externa das Escolas relativo ao 2008/2009; 5- Eleição dos coordenadores das Comissões Especializadas Permanentes do CNE; 6- Apreciação do projecto de Parecer sobre Avaliação Externa das Escolas (Relatório da IGE relativo ao ano 2007/2008); 7- Apreciação do Relatório de Actividades de 2009.

A Presidente deu início à reunião cumprimentando os conselheiros empossados Rosalina Martins (Grupo Parlamentar do PS), Maria do Carmo Tavares Ramos (CGTP/IN), Jorge Marques da Silva (Associações Científicas), Nuno Gonçalo Vieira Matias (Academia das Ciências de Lisboa), e os membros cooptados pelo Conselho, conselheiros Adriano Moreira, Sérgio Niza, Bárto Paiva Campos, Maria Emília Brederode Santos, Joaquim Azevedo e Helena Nazaré. Informou que a urna para votação da lista de conselheiros propostos para coordenadores das Comissões Especializadas Permanentes (1ª Comissão, Bárto Paiva Campos; 2ª Comissão, Joaquim Azevedo; 3ª Comissão, Helena Nazaré; 4ª Comissão, Maria Emília Brederode Santos; 5ª Comissão, Rosalia Vargas) se manteria aberta durante as próximas duas horas. De seguida, agradeceu a presença e disponibilidade da Senhora Ministra da Educação para debater as suas orientações de política educativa com o Conselho.

Na sua comunicação, a Senhora Ministra da Educação apresentou as prioridades de política educativa do Governo: concretizar a universalização da frequência da educação pré-escolar e do ensino básico para todos; alargar as oportunidades de qualificação dos jovens; promover a melhoria da qualidade das aprendizagens; reforçar as condições de funcionamento, os recursos e a autonomia das escolas; valorizar o trabalho e a profissão docente. Referiu que a universalização do ensino secundário irá implicar o reforço do programa Novas Oportunidades, nomeadamente no que se refere ao ensino profissional, o que exige melhorar as acções de informação e orientação no 3º ciclo do ensino básico através da introdução de uma área sobre conhecimento das profissões. A monitorização das situações de insucesso e abandono escolar será reforçada disponibilizando apoio técnico às escolas. Quanto à detecção de alunos com necessidades educativas especiais, está em curso um trabalho de colaboração com o Ministério da Saúde no sentido de

¹ A gravação integral da Reunião do Plenário encontra-se no Arquivo do CNE.

constituir equipas multidisciplinares para detecção precoce e aprofundar a formação de educadores e professores sobre esta problemática.

A melhoria dos resultados de aprendizagem deverá implicar um trabalho de maior proximidade com os alunos a nível de sala de aula. Nesse sentido, a definição de metas de aprendizagem em cada nível de escolaridade e em cada ano e por disciplina será um referencial importante a ter em conta do 1º ao 12º anos de escolaridade, sendo simultaneamente encorajada a diversidade das práticas de ensino. No

1º ciclo, as AEC reforçaram a ligação das autarquias às escolas e constituem uma mais-valia que importa melhorar. No sentido de reforçar a componente de educação artística no currículo, foi constituído um GT, coordenado por Rui Vieira Nery. Na Educação para a Cidadania, que engloba a educação para a saúde e educação sexual, a educação ambiental, a orientação escolar e profissional, o empreendedorismo e a própria educação cívica, entre outras áreas, foi solicitado a Maria Emília Brederode Santos que constituísse uma equipa para definição do quadro de referência. As actividades de Desporto Escolar serão intensificadas.

Quanto à gestão do sistema educativo, o ME tem em curso o processo de transferência de competências para as autarquias, com base nas cartas educativas concelhias existentes para o desenvolvimento da rede escolar, e procederá ao reforço da autonomia das escolas, nas suas vertentes pedagógica e financeira. Neste enquadramento, a Senhora Ministra da Educação referiu que a perspectiva de actuação da administração central será de intensificar o apoio técnico às escolas e professores, apontar alternativas mais do que apresentar orientações normativas.

Aberto o debate, intervieram os conselheiros José Luís Presa, Vítor Dores, Teresa Vasconcelos Maria José Rau, Armandina Soares, António Pinho, Cátia Lapeiro, Joaquim Azevedo, Teresa Pinto, Berta Macedo, Jorge Moreira de Sousa, Carlos Chagas, Antero Resende, Maria do Rosário Barros, Albino Almeida, André Tiago da Silva. Reconhecendo a importância das medidas apresentadas, os conselheiros sublinharam a necessidade de políticas estáveis na educação e salientaram: a relevância dos programas de educação profissionalizante, mas também as dificuldades com que se deparam as escolas secundárias na sua concretização, a necessidade de uma melhor articulação entre o ME e o MTSS nos programas de educação de infância, designadamente na generalização da componente de apoio à família, o alargamento dos recursos das escolas do 1º ciclo para darem resposta a alunos com dificuldades de aprendizagem, a plena integração das expressões artísticas no currículo do 1º ciclo e o alargamento do ensino da música ao 3º ciclo do ensino básico, a centralidade da educação para a cidadania em todo o currículo, nela incluindo as questões de género e a responsabilização das famílias em todo o processo educativo. Vários conselheiros chamaram a atenção para a necessidade de o ME ter uma maior preocupação com a eficácia da aplicação dos seus recursos financeiros, devendo proceder à avaliação de projectos também na perspectiva de custo-benefício dos mesmos.

Relativamente à transferência de competências para os municípios, foram sublinhadas as assimetrias existentes no parque escolar, bem como a multiplicação de instâncias oficiais que solicitam informações às escolas pelo que importará reforçar a autonomia das escolas e criar uma cultura de auto-avaliação no seio das mesmas, capaz de reforçar a sua responsabilização face à comunidade em que se inserem e garantir a liberdade de escolha de escola por parte das famílias. Foram ainda referidas situações de falta de

recursos técnicos nas escolas, como professores de educação especial e psicólogos, e questionadas as perspectivas existentes em matéria de revisão curricular, formação de professores, certificação de manuais escolares e aplicação do Plano Tecnológico da Educação às Regiões Autónomas.

A Senhora Ministra da Educação agradeceu as intervenções, salientando ser sua preocupação dar continuidade a muitos dos programas e projectos anteriormente implementados e enraizar na prática das escolas um conjunto de medidas de política que melhorem as condições em que se processam as aprendizagens dos alunos.

Retomando os trabalhos desta reunião plenária, a Presidente informou que o ponto 6 da OT seria adiado, de modo a que o projecto de Parecer sobre a avaliação externa das escolas englobe os anos lectivos 2007/2008 e 2008/2009. Passou, de seguida, a palavra ao Inspector-Geral da Educação, José Maria Azevedo, para apresentação do Relatório de Avaliação Externa das Escolas 2008/2009. A avaliação recaiu sobre 287 escolas e agrupamentos, incluindo 17 agrupamentos de escolas integrados em TEIP. Os resultados mostram que os domínios da *organização e gestão escolar e liderança* são os que apresentam classificações mais elevadas. O domínio dos *resultados*, em particular o factor do *sucesso académico*, continua a apresentar algumas fragilidades nas escolas avaliadas. No ano de 2010, a IGE irá proceder à avaliação global do modelo utilizado.

Aberto o debate, intervieram os conselheiros Carlos Chagas, Teresa Vasconcelos e Maria José Rau, que chamaram a atenção para a necessidade de uma perspectiva mais global na avaliação das escolas, a importância de recolher dados qualitativos sobre a capacidade de auto-regulação das escolas, realizando eventuais observações na sala de aula, e a pouca visibilidade que este tipo de avaliação tem na sociedade.

Passou-se, de seguida ao **ponto 1 da OT- aprovação do relato da 101ª sessão plenária**, o qual foi aprovado. No **ponto 2 da OT – Informações**, a Presidente deu conta de estar a ser ultimado o Plano de Actividades do CNE para 2010, o qual será aprovado em reunião da Comissão Coordenadora. A renovação do sítio do Conselho e a preparação de um boletim estão em curso, bem como os trabalhos preparatórios do relatório *O Estado da Educação*. Deu-se início às visitas a municípios para contacto com projectos educativos locais, tendo começado pelos concelhos de Niza e Portalegre. No **ponto 7 da OT- Apreciação do Relatório de Actividades relativo a 2009**, não tendo existido observações foi o mesmo considerado aprovado. Relativamente ao **ponto 5 da OT- Eleição dos coordenadores das Comissões Especializadas Permanentes**, a Presidente agradeceu a colaboração dos anteriores conselheiros coordenadores. O Secretário-Geral deu conta dos resultados obtidos na votação, tendo sido eleitos os conselheiros propostos para coordenadores.

Não havendo mais nada a tratar, a Presidente deu por encerrados os trabalhos desta reunião plenária.